



A transversalidade e a meta do desenvolvimento sustentável

∞ FERNANDO ALMEIDA

PRESIDENTE-EXECUTIVO DO CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CEBDS)
E PROFESSOR-ADJUNTO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO.
INTEGRA O BOARD DO *MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT*.

Este artigo faz uma análise do processo histórico do início do movimento ambientalista até ao recente estudo realizado sobre utilização predatória dos ecossistemas do planeta. No plano interno detecta distorções básicas na condução da política do atual Governo, apresenta algumas ações do setor empresarial que deveriam servir de exemplo para os administradores públicos e, finalmente, aponta uma saída: a criação da Câmara Interministerial de Desenvolvimento Sustentável.

Introdução

Os governos são transitórios, a sociedade não. As ações positivas e negativas terão conseqüências no futuro. Foi assim e assim será o processo histórico. Se olharmos para trás, veremos que os grandes avanços econômicos e sociais deram-se quando os governantes demonstraram visão estratégica de longo prazo.

O movimento ambientalista – surgido a partir da constatação de que a atividade humana comprometeria de forma irreversível a perenidade dos recursos naturais – inseriu uma nova dimensão nesse contexto e tornou bem mais complexa a lógica de como melhor conduzir os destinos de um país ou mesmo de uma comunidade. Há 50 anos, uma chaminé expelindo grossos rolos de fumaça escura representava progresso. Hoje, essa imagem tem significado oposto.

Integrar de forma efetiva e articulada as três dimensões do desenvolvimento sustentável (econômica, social e ambiental) tem sido uma dificuldade visível dos últimos governos brasileiros, apesar da crescente difusão do conceito de sustentabilidade. Vale notar que essa dificuldade pode ser observada também, em maior ou menor escala, em outros países.

A meta do desenvolvimento sustentável requer uma capacidade de pensar e operar tendo em conta as três dimensões em conjunto, sem predominância de uma sobre as outras. Isso significa pensar e atuar com base na transversalidade. Trata-se de um conceito característico do domínio ambiental, pois que a observação dos ecossistemas mostra que neles não há lugar para ações estanques e segmentação, já que na natureza todos os processos são integrados. Opondo-se à fragmentação, a transversalidade nos dá uma visão mais ampla e adequada da realidade, indicando o caminho da sobrevivência.

Pouco antes da posse do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) encaminhou a representantes do então novo Governo a proposta da criação da Câmara Interministerial de Desenvolvimento Sustentável. Em linhas gerais, o seu objetivo consiste justamente em integrar ações governamentais no sentido de que qualquer medida tenha como foco principal a articulação harmoniosa das vertentes econômica, social e ambiental, permitindo, portanto, que a transversalidade permeie todas as áreas do poder Executivo. Mais adiante detalharemos a proposta.

Independentemente das evidentes diferenças ideológicas – compreensíveis em qualquer coalizão política – o Governo Lula tem se caracterizado pela ação de núcleos com propósitos bem definidos. Batizado pela imprensa, o chamado «núcleo duro», composto pelos membros da equipe do Governo mais próximos ao Presidente da República, traça as linhas mestras e os de-

mais núcleos procuram ampliar seus espaços para defender os interesses dos segmentos que representam.

A definição das prioridades do atual Governo começou a ganhar forma logo após a eleição, no final de 2002. Totalizados os votos do segundo turno da eleição presidencial, o eixo de atuação da nova política predominante para o país foi traçado: um discurso social forte, com ênfase na questão da fome e do abismo entre ricos e pobres; visão crítica a respeito da política econômica neoliberal, mas ao mesmo tempo sem enfatizar o capitalismo de Estado predominante em quase toda a segunda metade do século passado; e a promessa de incorporar a transversalidade característica da dimensão ambiental nas tomadas de decisão.

Os fatos registrados nos dois primeiros anos do Governo servem como base de análise da relação entre a prática e os discursos pós-vitória eleitoral. Houve uma evolução no campo econômico, com a adoção de uma política agressiva e pragmática voltada para a exportação, geração de emprego e conseqüente fortalecimento do mercado interno, mesmo sem se afastar muito da ortodoxia. Os programas sociais, apesar de alguns acidentes de percurso, têm projetado a liderança do Presidente Lula de forma muito positiva no cenário mundial. A sua presença marcante no último Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, não deixa dúvidas.

Contudo, a questão ambiental, devidamente aliada às dimensões econômica e social, ainda não ganhou o merecido peso, como se pode constatar sem muita dificuldade. O projeto das Parcerias Público-Privadas, fundamental para a nação, impõe como condição à empresa interessada em participar do processo licitatório que comprove investimento na área social, o que é extremamente justo. Na lista de exigências deveria estar explícita a comprovação de investimento em eco-eficiência, mecanismo que possibilita a redução do impacto dos processos produtivos no meio ambiente, oferecendo ao mesmo tempo benefícios econômicos e sociais à própria empresa e aos demais *stakeholders*.

Da mesma forma, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), integrado por líderes empresariais e outros representantes de diferentes setores da vida nacional, abandonou o viés ambiental, afastando-se conseqüentemente da sustentabilidade. Criado no início da atual gestão como instrumento importante para traçar as linhas mestras das políticas públicas, como reforma tributária, agenda de desenvolvimento, entre outras, o CDES deveria ser um instrumento para sedimentar o conceito de desenvolvimento sustentável nas ações do Governo. Na sua composição, há líderes de empresas associadas ao CEBDS, que podem contribuir positivamente nessa direção, como é o caso de Benjamin Steinbruch, da Companhia Siderúrgica Nacional

(CSN); Fábio Colletti Barbosa, do Banco Real; Jorge Gerdau Johannpeter, do Grupo Gerdau; Rinaldo Campos Soares, da Usiminas; Roberto Egydio Setúbal, do Banco Itaú; e Roger Agnelli, da Companhia Vale do Rio Doce.

As dicotomias na condução do atual processo político são resultado, em última instância, da soma de dois fatores preponderantes. O primeiro deles reflete o natural jogo de interesses econômicos e sociais, que podem ser observados a partir de um tema em discussão no Congresso Nacional e na própria estrutura do poder Executivo. As acirradas discussões em torno da reforma agrária, política de biossegurança, entre outras, são exemplos claros. O segundo fator relaciona-se à falta de visão holística para que as ações governamentais atendam de forma equilibrada e integrada as demandas econômica, social e ambiental.

Isso talvez explique por que a presença da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, ícone da ala ambiental no primeiro escalão do Governo, não tenha sido até agora suficiente para harmonizar a correlação de forças entre as correntes políticas responsáveis hoje pelos destinos da Nação.

O Governo ainda não encontrou a fórmula política capaz de desarticular, por exemplo, uma espécie de máfia que há mais de 50 anos atua na grilagem de terras, devastando florestas, sobretudo na Amazônia e no Cerrado, e eliminando os que ousam enfrentá-la. O assassinato da missionária americana Dorothy Stang, em Fevereiro de 2005 no município paraense de Anapu, chocou o país e o mundo. Repercussão semelhante ganhou a execução do seringueiro Chico Mendes, morto a tiros em Xapuri, no Acre, em Dezembro de 1988. Quase 17 anos separam os dois episódios hediondos e durante esse período muitos “chicos” e muitas “dorothys” desapareceram, com maior ou menor clamor público. O ritmo de desflorestamento também praticamente não mudou nesses últimos 17 anos.

Visão extraída da prática

Como entidade representativa do setor empresarial na área do desenvolvimento sustentável, o CEBDS tem marcado sua presença em discussões sobre Mudança do Clima, Biodiversidade e Biotecnologia, Legislação Ambiental e Responsabilidade Corporativa. São temas vitais para o futuro e cada vez mais presentes na agenda de governos, empresas e da sociedade civil organizada.

Esse processo de discussão, além do foco estratégico de mudança de rumo para construção de uma nova e mais justa sociedade, tem sido extremamente enriquecedor. As divergências – são muitas – servem como fonte de informação para detectar o nível de compreensão sobre determinado assunto e o grau de interesse existente nas variadas correntes de pensamento internas do Governo.

A discussão em torno de alguns aspectos do licenciamento ambiental foi uma experiência marcante. A polêmica esteve em pauta na imprensa e chegou a ser levada para audiência pública na Câmara dos Deputados, quando se discutiu exaustivamente por que inúmeros projetos importantes para o país, nas áreas de energia e transporte, estavam – e alguns ainda estão – parados à espera do licenciamento ambiental. Nesse processo de discussão, o dispositivo da «compensação ambiental», prevista no Artigo 36 da Lei 9985/2000, ganhou especial espaço na mídia. O pomo da discórdia reside em três pontos principais: o critério de utilização da taxa arrecadada, no qual o viés da sustentabilidade foi esquecido; a burocracia e a conseqüente falta de transparência do processo; e a fixação dúbia do valor da taxa. Sem entrar no mérito da questão em si, apesar de sua extrema relevância, o debate serviu para expor a visão unifocal de muitos atores envolvidos.

A solução para diminuir a área de divergência a nível aceitável jamais estará nos extremos. Nem no campo dos ambientalistas puros, que defendem a cobrança de taxas compensatórias de valores irreais a ponto de inviabilizar o empreendimento, nem tampouco daqueles que pregam o crescimento econômico a qualquer preço. Os extremistas, independentemente da posição, tendem a ficar presos em guetos, isolam-se do conjunto e, quase sempre, não alcançam bons resultados.

A polêmica da taxa de compensação perdura, mas acredito que o bom senso prevalecerá. Um país como o Brasil não pode ficar eternamente à espera da solução de um impasse para imprimir um ritmo de crescimento que seja capaz de atender as demandas econômica e social – geração de emprego e de renda para investimentos públicos em educação, saúde, segurança – e também ambiental.

Um fato relativamente recente comprova que o caminho é o entendimento. O acordo firmado entre o CEBDS e a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA) tornou-se referência de boa conduta. As duas entidades – uma representando o setor privado e outra a administração pública estadual – firmaram protocolo de cooperação no final de 2004, estabelecendo uma união de esforços para padronizar e dar transparência e agilidade ao licenciamento ambiental. Fato inédito na história do país desde que o licenciamento ambiental foi criado, na década de 70, o protocolo será um instrumento para desobstruir um dos principais gargalos para o crescimento da economia, atendendo à forte demanda por geração de emprego e renda e sem pôr em risco a preservação dos recursos naturais.

Além de indicar o caminho para remover um entrave que afeta a vida de toda a nação, mesmo considerando que o entendimento formal esteja restrito à legislação estadual, o protocolo CEBDS/ABEMA deve servir de modelo para

aqueles que acreditam que o Brasil pode seguir uma estratégia de crescimento econômico que considere o entendimento legítimo, transparente, ético, estruturado e com resultados entre o setor privado e o setor público.

Enquanto o entendimento interno não for costurado por mecanismos que estabeleçam a integração como princípio básico de todas as áreas e esferas de poder, continuaremos a testemunhar, isoladamente, maus e bons desfechos, como demonstram os exemplos citados do impasse em torno da compensação ambiental e o Protocolo CEBDS/ABEMA.

Dois importantes acontecimentos internacionais podem contribuir de forma positiva para conduzir a um novo patamar o entendimento entre os principais atores da sociedade e para que avance a visão da sustentabilidade, no sentido amplo de sobrevivência, na esfera central do Governo. Refiro-me ao Protocolo de Quioto e à realização no Brasil, em 2006, da oitava Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica. As demandas a serem produzidas pelas novas regras mundiais para redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE), no caso do Protocolo de Quioto, e para a melhor utilização da biodiversidade, em processo de discussão, darão peso significativo à vertente ambiental na agenda do país, dentro do que preconiza os princípios do desenvolvimento sustentável.

Estamos convencidos de que o Tratado de Quioto (esta deve ser sua nova denominação), mais do que qualquer outro acordo de cooperação internacional até hoje conhecido, é uma oportunidade única e imperdível de, preservando-se a integridade dos interesses nacionais, alinhar o processo de desenvolvimento com os princípios da sustentabilidade. O desenvolvimento econômico necessário à redução da pobreza, aliado ao crescimento populacional, implicará num significativo aumento da demanda por energia nas próximas décadas. Os impactos ambientais resultantes gerarão um conjunto de dilemas e desafios cuja solução demandará um complexo arranjo de cooperação entre os países com medidas de longo prazo.

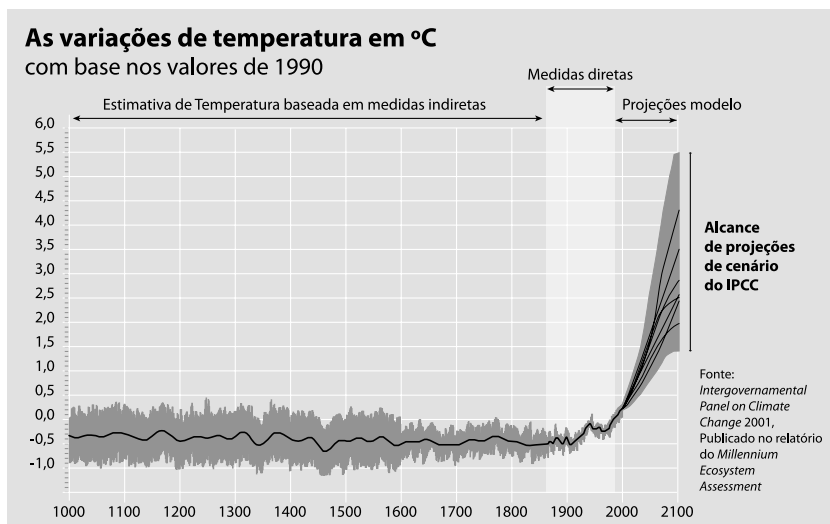
A solução para o problema não é fácil, mas é possível. O Brasil tem muito a contribuir nesse sentido. O papel do país envolve a manutenção de uma matriz energética pouco intensiva em carbono, compatível com as necessidades de desenvolvimento, associada a medidas efetivas que reduzam a taxa de desmatamento e queimadas e estimulem o reflorestamento – pré-requisitos para a credibilidade perante a comunidade internacional. Vale lembrar que as queimadas em florestas representam 55% da emissão de GEE no país, enquanto a queima de combustíveis fósseis, o principal indutor do aquecimento global na maioria das nações, contribui no Brasil com 17% das emissões.

Na reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças do Clima, realizada no final de 2004 em Brasília, o Presidente Lula demonstrou entusiasmo ao receber

a proposta do setor empresarial para que o Brasil consolide sua liderança nessa área, transformando-se definitivamente em referência de como uma economia pode ser movida com níveis de emissões de gases de efeito estufa relativamente baixos. Para isso, é fundamental a presença do setor privado e da sociedade civil na composição da Comissão Interministerial de Mudança do Clima. O aquecimento global representa um sério desafio a ser enfrentado em nome da sobrevivência do planeta.

Ainda existem, contudo, muitas oportunidades a serem exploradas. Para isso, é fundamental maior comunhão de esforços entre governos e empresas. O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), concebido durante as negociações do Protocolo de Quioto e hoje parte integrante do tratado internacional, representa uma possibilidade concreta de redirecionar, em bases mais austeras, o modelo de desenvolvimento atual utilizando instrumentos de mercado. Estima-se que, numa primeira fase de implantação das novas regras internacionais, haverá uma disponibilidade de crédito até 2012 de cerca de US\$13 bilhões, caso haja um segundo período de comprometimento. Além disso, o MDL possibilita que se aumente, substancialmente e em bases sustentáveis, a oferta dos recursos energéticos, estimulando a difusão de tecnologias e de melhores práticas empresariais e a diminuição das desigualdades sociais.

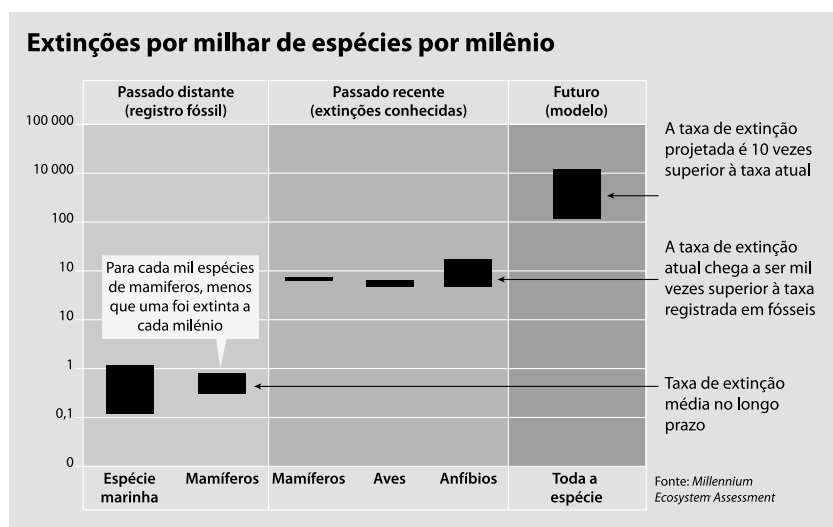
Os avanços obtidos na área de Mudança do Clima resultam do bom entendimento nesse campo entre o setor empresarial e o Governo. O CEBDS, representando as empresas, tem participado desse processo como membro da delegação oficial brasileira nas Conferências das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica.



Em relação à biodiversidade, o Brasil tem outra excelente oportunidade de se projetar como referência mundial, desde que, obviamente, faça algumas correções de rumo em sua política sócio-ambiental. Dono de um dos maiores patrimônios naturais do planeta, o país está se preparando para sediar a oitava Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, que deverá ser realizada no início de 2006, em Curitiba.

Mais do que a realização no Brasil de um evento internacional de grande relevância, a iniciativa da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica tende a traçar um novo caminho para que o setor empresarial conquiste seu espaço e passe a participar mais ativamente das discussões sobre a formatação do arcabouço legal para a implementação de uma política de biodiversidade minimamente consensual.

A convite da Secretaria-Geral da Convenção sobre Diversidade Biológica e dos governos brasileiro e inglês, o CEBDS participou em Londres, em Janeiro de 2005, da primeira reunião de trabalho para a realização do evento internacional que o Brasil sediará em 2006. A delegação contou com a participação de representantes de cinco empresas associadas: Natura, Petrobrás, Syngenta, Companhia Vale do Rio Doce e Votorantim Celulose e Papel. Nesse encontro de Londres, assumimos o compromisso de mobilizar o setor privado do país para a discussão do tema biodiversidade, historicamente muito restrito a Organizações Não Governamentais (ONG). Nossa expectativa é de que, a partir de agora, possamos evoluir para que as empresas, assim como outros grupos de interesse, tenham assento e direito a voto no Conselho de Gestão do Patrimônio Genético. Assim como no caso do aquecimento global, a preocupação em reverter o quadro de degradação da biodiversidade do planeta



precisa estar na agenda de prioridade absoluta, como demonstram as projeções para o futuro, caso não sejamos capazes de mudar radicalmente nossos padrões de produção e consumo.

Há outras experiências de trabalho em parceria entre o CEBDS e os governos. A Rede Brasileira de Produção Mais Limpa (PmaisL), concebida para inserir as empresas de menor porte no rumo da sustentabilidade, é exemplar. Desde 1999, o CEBDS e outras entidades empresariais têm trabalhado em conjunto com organismos governamentais, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e agências da Organização das Nações Unidas (ONU), para difundir os conceitos de PmaisL. Hoje, em praticamente todos os estados da Federação temos núcleos de PmaisL atuando para mudar a cultura interna dessas pequenas empresas, as maiores geradoras de emprego do país.

O Governo aderiu à Declaração Internacional sobre Produção Mais Limpa e instituiu um grupo de trabalho interinstitucional, composto por representantes de diferentes setores da sociedade, para coordenar a gestão e implantação desse decisivo processo de mudança nas empresas de menor porte. Desse avanço devemos destacar dois pontos: o reconhecimento do Governo ao trabalho desenvolvido pelo CEBDS e seus parceiros e uma nova demonstração da necessidade da articulação entre os principais atores da sociedade.

Remover os preconceitos

Tanto as perspectivas oferecidas pelo Tratado de Quioto, quanto pela Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, como também o trabalho de formação dos núcleos estaduais de PmaisL, podem contribuir para que empresas e governos passem a trabalhar para pôr um fim na desconfiança mútua. O setor público tende a ver as empresas como promotoras do capitalismo selvagem. O setor privado define, muitas vezes, o Governo como lento, burocrático e incapaz de produzir políticas que atendam os interesses econômicos e sociais.

Essa visão preconceituosa de parte a parte tem alimentado um processo de sinergias raras e localizadas, ausência de políticas públicas inclusivas para os empresários e condições estruturais débeis, dando margem para interpretação e aplicação da base legal, que, por um lado, desestrutura a economia e, por outro, não reduz a miséria. Esse quadro explica por que ações de responsabilidade social corporativa, existentes aos milhares, não se refletem como seria desejável sobre o Índice de Desenvolvimento Humano do país, que permanece praticamente inalterado.

Nunca é demais lembrar que há uma clara tendência de aumento dos investimentos privados no mundo inteiro. Pesquisa apresentada às vésperas de

Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2002, em Johannesburgo, revelava essa tendência: na década de 90, a ajuda oficial caiu de US\$55 bilhões para US\$39 bilhões. No mesmo período, o investimento privado subiu de US\$24 bilhões para US\$178 bilhões.

Mudar esse quadro – ou seja, fazer com que esse volume crescente de investimento das empresas traga mais benefícios para o conjunto da sociedade – exige um mínimo de maturidade para pavimentar um comportamento viável público-privado em prol de um Brasil sustentável, competitivo e promissor. A aliança proposta não chega a ser novidade. A ONU estabeleceu as Metas do Milênio a partir das chamadas parcerias «Tipo II», apontando soluções com a participação articulada da sociedade civil e empresas com o setor governamental.

Mais recentemente, no início de 2005, foi lançado o resultado do projeto *Millennium Ecosystem Assessment* (MEA), uma extensa avaliação científica dos ecossistemas do planeta feita por 1360 cientistas de 95 países. Desenvolvido por instituições governamentais, como a ONU; privadas, como *World Business Council for Sustainable Development* e o Banco Mundial; e da sociedade civil, como *World Resources Institute* e *World Conservation Union*, o programa fez a correta interpretação dos ecossistemas e da biodiversidade como estruturas de bens e serviços. O relatório do MEA teve lançamento simultâneo nos principais centros do mundo e, no Brasil, o documento final foi apresentado em conferência com a imprensa realizada em Brasília pelo CEBDS e o Governo Federal.

Essa conclusão definitiva servirá como norte para a condução dos destinos da Humanidade neste novo milênio, oferecendo as linhas para as políticas públicas e os subsídios indispensáveis para os tomadores de decisão do setor privado. E mais: o resultado desse estudo ratificou formalmente que, a partir de agora, não haverá mais lugar para políticas de desenvolvimento que não contemplem ao mesmo tempo as três dimensões da sustentabilidade.

Como membro do Comitê Executivo do MEA, instituído pela ONU para acompanhar o trabalho dos especialistas, devo enumerar as principais mensagens de advertências, extraídas de um dos mais importantes estudos científicos já realizados nos últimos 50 anos.

- Todos, no mundo, dependem da natureza e dos serviços providos pelos ecossistemas para desfrutarem de uma vida decente, saudável e segura.
- Os seres humanos causaram alterações sem precedentes nos ecossistemas nas últimas décadas para atender a crescentes demandas por alimentos, água, fibras e energia.
- Essas alterações ajudaram a melhorar a vida de bilhões de pessoas, mas ao

mesmo tempo, enfraqueceram a capacidade da natureza de prover outros serviços fundamentais, como a purificação do ar e da água, proteção contra catástrofes naturais e remédios naturais.

- Dentre os problemas mais sérios identificados por esta avaliação estão: as condições precárias de várias espécies de peixes; a alta vulnerabilidade de dois bilhões de pessoas que vivem em regiões secas à perda serviços providos pelos ecossistemas, como o acesso à água; e a crescente ameaça aos ecossistemas das mudanças climáticas e da poluição de nutrientes.
- As atividades humanas levaram o planeta à beira de uma onda maciça de extinção de várias espécies, ameaçando ainda mais nosso bem-estar.
- A perda dos serviços providos pelos ecossistemas constitui uma grande barreira às Metas de Desenvolvimento do Milênio para redução da pobreza, da fome e das doenças.
- As pressões sobre os ecossistemas aumentarão em escala global nas próximas décadas se a atitude e as ações humanas não mudarem.
- Medidas de preservação de recursos naturais têm maior chance de sucesso se tomadas sob a responsabilidade das comunidades, que compartilhariam os benefícios de suas decisões.
- A tecnologia e conhecimento de que dispomos hoje podem reduzir consideravelmente o impacto humano nos ecossistemas, mas sua utilização em todo o seu potencial permanecerá reduzida enquanto os serviços oferecidos pelos ecossistemas continuarem a ser percebidos como 'grátis' e ilimitados e não receberem seu devido valor.
- Esforços coordenados de todos os setores governamentais, empresariais e institucionais serão necessários para melhor proteção do capital natural. A produtividade dos ecossistemas depende das escolhas corretas no tocante a políticas de investimentos, comércio, subsídios, impostos e regulamentação.

A realização do programa MEA, cujos estudos foram iniciados em 2001, não aconteceu por acaso. Faz parte de um contexto histórico registrado a partir do movimento ambientalista. O Brasil, independentemente da posição ideológica dos governos que se sucederam, teve e tem papel decisivo nesse processo.

Historicamente, podemos situar a conferência de cúpula da ONU realizada no Rio de Janeiro em 1992, a Rio-92, como ficou mundialmente conhecida, como marco do início da mobilização dos empresários. Naquela conferência, que reuniu 170 Chefes de Estado, o empresário suíço Stephan Schmidheiny deu a partida para o envolvimento do setor empresarial na implementação do desenvolvimento sustentável, cujos conceitos básicos foram concebidos cinco

anos antes como resultado do trabalho da Comissão Brundtland, da ONU. A partir da Rio-92, novos conceitos surgiram e foram aperfeiçoados, como eco-eficiência, responsabilidade social e tantos outros, todos convergindo para a compreensão definitiva de que a sobrevivência das futuras gerações – e do próprio mercado econômico – só será assegurada com a adoção de mecanismos capazes de conciliar produção de bens e serviços com a preservação dos recursos naturais e do bem-estar social. Até então, a preocupação com a penúria dos recursos naturais restringia-se aos governos e às ONG ambientalistas. Os empresários eram vistos como os vilões.

O discurso de Schmidheiny ganhou força e o setor empresarial passou a se organizar, tendo como estratégia um novo modelo de desenvolvimento. Hoje, é incontestável que, a partir da formulação da Agenda 21 brasileira, o setor empresarial com visão de futuro foi o que mais evoluiu e se adequou aos preceitos do desenvolvimento sustentável, seja do ponto de vista ético, seja do ponto de vista pragmático.

O exemplo das empresas

Temos muitos exemplos capazes de ilustrar essa mudança de rumo no processo produtivo, atendendo de forma harmoniosa as três dimensões: a econômica, com o aumento da competitividade das empresas no mercado; a ambiental, com a redução do impacto da produção no meio ambiente; e a social, com a ampliação do nível de emprego e geração de mais renda em benefício de todos.

Muitas empresas anteciparam-se às discussões legislativas, no âmbito do Governo e do Congresso Nacional, e tomaram a iniciativa de buscar a sinergia equilibrada inserida no conceito de sustentabilidade. A Usiminas transforma em energia o resultado da queima do combustível que alimenta seus fornos. A inovação da CSN diminui os níveis de emissão de GEE, reduz os custos com a racionalização da fonte energética e amplia sua competitividade no mercado. Também como forma de reduzir a emissão e ganhar competitividade no mercado, a White Martins, em parceria com a Petrobrás, está expandindo suas atividades na área de gás natural, menos intensivo em CO₂, com investimentos previstos na ordem de US\$65 milhões em 2005.

A mineira Plantar desenvolve com sucesso um programa de produção de carvão vegetal, através de florestas de eucaliptos. Além de ampliar seus negócios com a venda do carvão vegetal, renovável e menos poluente, as florestas da Plantar funcionam como fontes de seqüestro de carbono, podendo obter, assim, créditos previstos nas regras do Protocolo de Ioto.

Na área ambiental, a Petrobrás investiu, nos últimos três anos, cerca de R\$5,7 bilhões na segurança ambiental de suas instalações e mais de R\$18 mi-

lhões em projetos de patrocínio ambiental, como por exemplo, os projetos Tamar, Baleia Jubarte e Peixe-Boi. Ao comemorar 50 anos, a empresa aprimora a sua política de patrocínio, lançando em Outubro de 2003 o Programa Petrobrás Ambiental (PPA). Com projetos escolhidos por seleção pública, o PPA contempla investimentos de R\$40 milhões para os primeiros dois anos.

No campo social temos exemplos promissores. Empresas associadas ao CEBDS adotaram políticas de inclusão social em seus negócios e os primeiros resultados indicam que estão no caminho correto. A Michelin, por exemplo, está desenvolvendo um projeto pioneiro. Trata-se do Projeto Ouro Verde Bahia, que garante a passagem do modelo econômico atual das Plantações Michelin da Bahia (200 km ao sul de Salvador) para um modelo sustentável, permitindo a perenidade da atividade agro-industrial, assim como as atividades de pesquisa e a proteção dos espaços de floresta, através da criação de uma reserva ecológica de 3000 hectares. O Projeto Ouro Verde Bahia permitiu que funcionários selecionados adquirissem médias propriedades, onde se concentra a maior parte da área das seringueiras em produção, dando continuidade ao desenvolvimento da heveicultura e outras culturas consorciadas, além de aumentar a oferta de emprego. A Michelin comprará a produção dos médios proprietários a preço de mercado e continuará a lhes fornecer apoio técnico e mudas de variedades resistentes e produtivas, graças ao trabalho de pesquisa que continuará a desenvolver localmente. Com isso, o futuro da atividade econômica da região estará garantido, assim com as áreas de mata atlântica e a estabilidade social. Paralelamente, a Michelin está desenvolvendo um projeto de auxílio à agricultura familiar na região, contribuindo ainda mais para a economia local.

A Amanco, no Amazonas, também comprovou que é possível inserir sua linha de produção em mercados de baixa renda, vendendo tubos e conexões a preços inferiores aos do mercado convencional, através de um novo modelo de marketing e distribuição. A Alcoa, da mesma forma, entrou nesse mercado, viabilizando o fornecimento de esquadrias de alumínio para o mercado de construção civil de baixa renda. A BP do Brasil investiu em projetos de implantação de energia alternativa de células solares na Ilha Grande, no Rio, e no Nordeste, demonstrando que é possível gerar negócios e, ao mesmo tempo, garantir a inclusão social de populações que até bem pouco tempo viviam isoladas e que agora passaram a ter acesso a programas educativos do Canal Futura das Organizações Globo e ao mundo da informática.

No setor financeiro, o Banco Real mantém programas de microcréditos, voltados para financiar a juros baixos pequenos empreendedores. O resultado, nas duas pontas, é excelente. O Banco Itaú tem voltado seu trabalho de forma crescente em direção à sustentabilidade, investindo muito em educa-

ção, setor básico para qualquer nação que pretenda alcançar novo patamar de desenvolvimento. Vale lembrar que o Banco Itaú e a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) são as duas únicas empresas brasileiras que fazem parte do Índice de Sustentabilidade *Dow Jones*, de Nova Iorque.

Os exemplos positivos de boa governança corporativa nos levam a refletir sobre dois aspectos. O primeiro é a exata compreensão assimilada pela elite do empresariado de que os conceitos de sustentabilidade surtem resultados a partir ações articuladas. O segundo aspecto nos revela que apenas a mobilização do setor privado não basta, da mesma forma como também é insuficiente o empenho isolado dos demais atores da sociedade.

A competitividade responsável insere-se nesse contexto. O conceito parte de uma cooperação transparente e positiva economicamente entre os setores, para aproveitar as empresas que têm o melhor reconhecimento internacional, não apenas em termos de lucro, mas de atuação ética no manejo dos recursos naturais e em ações que proporcionem melhoria de qualidade de vida. Numa análise sobre um estudo recente a respeito do conceito de «Competitividade Responsável», enumeramos sete itens básicos de boa conduta:

- Boa governança corporativa: é preciso impedir casos como a Enron ou a Parmalat, exemplos opostos a tudo o que se almeja;
- Prática empresarial ética: estudos da ONG Transparência Internacional demonstram que, quanto maior a incidência de corrupção, maior o impacto negativo nas economias dos países;
- Formulação transparente de políticas: é preciso combater *lobbies* concentradores de renda e barreiras não-tarifárias, assim como articulações empresariais internacionais que impeçam o estabelecimento de acordos multilaterais voltados para combater a pobreza e para o uso racional dos recursos naturais;
- Formação de capital humano de alta qualificação em produtividade, inovação e *performance* econômica: é preciso multiplicar centros de excelência como, entre outras, escolas já consagradas como a Fundação Dom Cabral, a Fundação Getúlio Vargas e o Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro;
- Envolvimento ativo da sociedade civil: consumidores, ONG e outros grupos de interesses podem ter relevante papel na formulação e validação das políticas de competitividade responsável;
- Redução dos tributos sobre contribuições financeiras das corporações: o excesso de tributação, que não é competitivo, deve ser substituído por mais estímulo aos investimentos em todas as formas de educação capacitação, política comprovadamente muito vantajosa;

- Gestão inteligente dos recursos naturais: a ecoeficiência leva ao aumento do crescimento econômico, como atestam estudos da Universidade de Columbia, dos Estados Unidos da América.

Esses critérios fundamentam o Índice de Competitividade Responsável (ICR), desenvolvido por duas renomadas ONG: *Institute of Social and Ethical AccountAbility* e *Copenhagen Centre*. Na prática, o ICR aponta uma tendência do futuro das nações. Segundo o estudo, feito há dois anos com 55 países, as nações da Escandinávia ficam no topo da lista, os EUA em 23º lugar e o Brasil em 33º, abaixo da África do Sul, Chile e Peru.

A posição do Brasil nesse *ranking* não deve e não pode, obviamente, ser debitada na conta do atual Governo, até porque resulta de uma pesquisa anterior a 2002. É resultado de um longo processo de muitos equívocos, que podem ser corrigidos a partir de uma nova visão mais integradora para gerir os destinos do país. Se fizermos uma pesquisa junto aos integrantes da cúpula do Governo Federal, a começar pela figura do Presidente Lula, estou convencido de que praticamente todos assinarão em baixo dos sete itens selecionados acima.

Como já mencionámos, há, no plano teórico, um entendimento entre os mais importantes núcleos do Governo de que é preciso incorporar a dimensão ambiental às vertentes econômica e social. Mas, no plano prático, os principais operadores do poder encontram dificuldades em caminhar nessa direção.

O descompasso explica o isolamento de determinados setores do Governo e o conseqüente acirramento nos embates entre representantes de diferentes áreas. A divergência nem sempre silenciosa entre ambientalistas e técnicos da área econômica governamental expõe essa desarticulação, extremamente nociva para o país.

Os fatos mostram que as disputas no âmbito do Governo têm sido desfavoráveis à ala ambiental. O resultado da votação da Lei de Biossegurança confirma tal percepção. O Ministério do Meio Ambiente perdeu espaço político com a nova composição da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), como também no processo de discussão para aprovar temas polêmicos, como, por exemplo, a licença para o plantio de sementes geneticamente modificadas.

Conclusão: integração das ações governamentais

Não há dúvida de que todas as divergências tenderão a caminhar para consenso se as ações governamentais tiverem como foco a sustentabilidade, ou seja, se atenderem de forma equilibrada às demandas econômica, social e ambiental.

Num outro trecho do relatório do *Millennium Ecosystem Assessment*, pro-

grama da ONU já citado anteriormente, há alguns conselhos essenciais para os tomadores de decisão do setor privado e formuladores de políticas públicas que se encaixam na visão integradora. Vale citar algumas dessas recomendações, que preconizam mudanças nas bases econômicas, melhoria na política de gestão, investimento em um novo comportamento individual e em inovação tecnológica:

- Certifique-se de que o valor de todos os serviços de todos os ecossistemas, não somente aqueles comprados e vendidos no mercado, são considerados ao se tomar qualquer decisão;
- Retire subsídios à agricultura, pesca e energia que causem qualquer dano às pessoas e ao meio ambiente;
- Dê aos proprietários de terras algum pagamento em troca do manejo de suas terras de modos tais que protejam os serviços dos ecossistemas, como a qualidade da água e o armazenamento de carbono, que são valiosos para a sociedade;
- Estabeleça mecanismos de mercado para reduzir emissões de nutrientes e de carbono da maneira mais economicamente eficaz;
- Promova a tomada de decisões integrando diferentes departamentos e seções, assim como instituições internacionais, para garantir que as políticas foquem a proteção dos ecossistemas;
- Inclua uma gestão sólida dos serviços dos ecossistemas em todo o planejamento regional e em todas as estratégias de redução da pobreza preparadas por vários países em desenvolvimento;
- Dê a grupos marginalizados o poder de influenciar as decisões que afetem os serviços dos ecossistemas e reconheça legalmente a propriedade das comunidades locais sobre os recursos naturais;
- Estabeleça áreas de proteção adicionais, principalmente em sistemas marinhos e dê um maior apoio financeiro e gerencial às áreas já existentes;
- Use todas as formas de conhecimento e informação relevantes sobre os ecossistemas ao tomar decisões, incluindo o conhecimento local e o dos grupos indígenas;
- Promova a educação pública sobre o porquê e como reduzir o consumo de serviços ameaçados dos ecossistemas;
- Crie sistemas de certificação confiáveis para oferecer às pessoas a opção de comprar produtos produzidos sustentavelmente;
- Facilite o acesso das pessoas à informação sobre ecossistemas e às decisões que afetem seus serviços;
- Invista em ciência e tecnologia agrícolas que aumentem a produção de alimentos com um mínimo de danos à natureza;

- Recupere ecossistemas degradados;
- Promova o uso de tecnologias que aumentem a eficiência da energia e reduzam as emissões de gases causadores do efeito estufa.

O projeto de criação da Câmara Interministerial de Desenvolvimento Sustentável, apresentado pelo CEBDS a representantes do atual Governo, prevê a integração das ações governamentais, fornecendo as ferramentas necessárias para que o país seja capaz de encontrar de forma mais rápida e eficiente o caminho do desenvolvimento sustentável. Detalhada em forma de decreto, a proposta prevê que a Câmara faria parte do Conselho de Governo, uma estrutura da Presidência da República da qual participam os ministros de Estado, dando a necessária capilaridade para que práticas sustentáveis permeiem todas as políticas públicas do país.

Trata-se de uma medida que teria custo zero, embora devamos reconhecer as dificuldades de pô-la em prática, porque pressupõe mudança de cultura e de comportamento. A idéia tem origem em duas premissas. A primeira é a constatação de que a etapa ambientalista, como movimento para impor única e exclusivamente limitações ao desenvolvimento econômico, já está superada. A segunda razão é a própria experiência da vanguarda do setor empresarial mais esclarecido, que, através de uma visão pragmática, encontrou a fórmula de garantir a sobrevivência de seus negócios, incorporando e articulando as três dimensões da sustentabilidade. No organograma de grandes empresas, já foi instituído formalmente o Conselho de Sustentabilidade, composto por membros dos mais importantes segmentos da administração e com poder decisório para traçar as estratégias empresarias.

Os governos terão que necessariamente se modernizar, caminhando nessa mesma direção e, assim, abandonando a visão unifocal da questão ambiental. Explicando melhor: a ala ambiental do Governo precisa estar integrada e fazer parte dos núcleos responsáveis pelas decisões de caráter econômico, social, educacional, cultural, de saúde pública, etc. Este certamente é o maior desafio da política sócio-ambiental do Governo Lula.

Estou convencido de que a Câmara Interministerial de Desenvolvimento Sustentável seria um instrumento da Presidência da República para traçar o eixo central de atuação do Governo de forma eficiente, desburocratizada e, sobretudo, integradora. Se quisermos resolver nossos mais urgentes problemas econômicos, sociais e ambientais, só há um caminho: a sustentabilidade.